

Demonstrações Financeiras

R.E. KBENS PARTICIPAÇÕES LTDA.

31 de dezembro de 2025

R.E. KBENS PARTICIPAÇÕES LTDA.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

Índice

Demonstrações financeiras

Balanço patrimonial	2
Demonstração do resultado	4
Demonstração do resultado abrangente	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstração dos fluxos de caixa	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras	8

R.E. KBENS PARTICIPAÇÕES LTDA.

Balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa		813	-
Ativo Não Circulante Mantido para Venda		-	6.678
Total do ativo circulante		813	6.678
Não circulante			
Contas a Receber		11.880	-
Investimentos		748	-
Total do ativo não circulante		12.628	-
Total do ativo		13.441	6.678

R.E. KBENS PARTICIPAÇÕES LTDA.

Balço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)--(continuaço)

	Nota explicativa	2025	2024
Passivo			
Circulante			
Obrigaçoes Fiscais		837	-
Outras Obrigaçoes		334	-
Total do passivo circulante		<u>1.171</u>	<u>-</u>
Nao circulante			
Obrigaçoes Fiscais		769	-
Total do passivo nao circulante		<u>769</u>	<u>-</u>
Patrimoio Liquido			
Capital Social		6.678	6.678
Lucros Acumulados		4.823	-
Total do patrimonio liquido		<u>11.501</u>	<u>6.678</u>
Total do passivo e do patrimonio liquido		<u>13.441</u>	<u>6.678</u>

As notas explicativas saõ partes integrantes das demonstraçoes financeiras.

R.E. KBENS PARTICIPAÇÕES LTDA.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais), exceto quando indicado de outra forma

	Nota explicativa	2025	2024
Receita operacional líquida		36.902	-
Custo dos serviços vendidos		(6.678)	-
Lucro bruto		30.224	-
Receitas (Despesas) Operacionais Administrativas e Gerais		(53)	-
Equivalência		(15)	-
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		305	-
		237	-
Lucro operacional antes do resultado financeiro		30.461	-
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		580	-
Despesas financeiras		-	-
		580	-
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		31.041	-
Imposto de renda e contribuição social Corrente		(1.218)	-
Lucro líquido do exercício		29.823	-
Quantidade de Ações no Final do Período		6.678.385	6.678.385
Lucro por Ação		4,47	-

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

R.E. KBENS PARTICIPAÇÕES LTDA.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro líquido do exercício	29.823	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>29.823</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

R.E. KBENS PARTICIPAÇÕES LTDA.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Nota explicativa	Capital social	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	6.678	-	6.678
Lucro líquido do exercício	-	-	-
Destinação do lucro líquido do exercício: Distribuição de lucros	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	6.678	-	6.678
Lucro líquido do exercício	-	29.823	29.823
Destinação do lucro líquido do exercício: Distribuição de lucros	-	(25.000)	(25.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	6.678	4.823	11.501

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

R.E. KBENS PARTICIPAÇÕES LTDA.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2025	2024
Lucro líquido do exercício		29.823	-
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa originário das atividades operacionais:			
Equivalência patrimonial		15	-
Perda (ganho) na venda baixa de ativo imobilizado		(20.195)	-
Ajuste a valor presente – contas a receber		5.424	-
		<u>15.067</u>	-
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes		(17.304)	-
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Obrigações fiscais		1.606	-
Obrigações trabalhistas, antecipação de clientes e outros		334	-
		<u>(297)</u>	-
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>(297)</u>	-
Fluxo de caixa de operações de investimentos:			
Valor recebido na venda ativo não circulante mantido p/ venda		26.873	-
Adições de investimentos		(763)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>26.110</u>	-
Fluxo de caixa de operações de financiamentos:			
Dividendos pagos		(25.000)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		<u>(25.000)</u>	-
Aumento de caixa e equivalente de caixa, líquido		<u>813</u>	-
Caixa e equivalente de caixa - no início do exercício		-	-
Caixa e equivalente de caixa - no fim do exercício		<u>813</u>	-

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

R.E. KBENS PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A R.E. KBENS PARTICIPAÇÕES LTDA. (“R.E. KBENS” ou “Empresa”) com sede em São José do Rio Preto - SP tem por objeto social as atividades de Gestão de Participações Societárias e realização de investimentos e/ou participação no capital de outras sociedades, sediadas no Brasil ou no exterior na condição de sócia, acionista e/ou quotista, com recursos próprios ou incentivados.

A Empresa, foi constituída em 01 de agosto de 2024, mediante a integralização de 3.468.760 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pela companhia RKbens Participações e Empreendimentos S/A, pelo valor total de R\$ 6.678.385,62 (seis milhões, seiscentos e setenta e oito mil, trezentos e oitenta e cinco reais e sessenta e dois centavos).

O sócio quotista integralizou a totalidade de suas quotas mediante a transferência de 3.468.760 (três milhões quatrocentos e sessenta e oito mil e setecentos e sessenta) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de sua titularidade de missão da Companhia R2 IBF HOLDING PARTICIPAÇÕES S/A. Como resultado, a Empresa passou a deter participação societária de 8,69% na R2 IBF HOLDING PARTICIPAÇÕES S/A.

2. Práticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações que incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Empresa no processo de aplicação das suas práticas contábeis. A administração da Empresa não identificou em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estimativas que requeressem maior nível de julgamento, sem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas não foram consideradas significativas para as essas demonstrações financeiras.

R.E. KBENS PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Práticas contábeis--Continuação

2.3 Base de elaboração--continuação

Adicionalmente, a Empresa considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão, estando determinadas práticas contábeis divulgadas em suas respectivas notas explicativas.

O resumo das práticas contábeis materiais adotadas na elaboração das demonstrações financeiras é o seguinte:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem saldos de caixa, depósitos bancários à vista, fundos mantidos em contas bancárias e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, possuem vencimentos inferiores a 90 dias ou não possuem prazos fixados para resgate, têm liquidez imediata e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

b) Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados no reconhecimento inicial e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

A Empresa mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

R.E. KBENS PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Práticas contábeis--Continuação

2.3 Base de elaboração--continuação

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Em 31 de dezembro de 2025, a Empresa não possuía ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, outros resultados abrangentes, tampouco instrumentos financeiros derivativos.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis ou contas a pagar.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Empresa incluem outros passivos.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

c) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

d) Capital social - Quotas

São classificadas como patrimônio líquido.

e) Lucro por quota

Calculado com base na quantidade ponderada de quotas do capital social no exercício.

R.E. KBENS PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Práticas contábeis--Continuação

2.3 Base de elaboração--continuação

f) Ativos não circulantes mantidos para venda

O Grupo classifica ativos um ativo não circulante como mantido para venda quando o seu valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. Esses ativos não circulantes e mantidos para venda são mensurados pelo menor entre o seu valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. As despesas de venda são representadas pelas despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda, excluídos as financeiras e os tributos sobre o lucro.

Os critérios de classificação de ativos não circulantes mantidos para venda são atendidos quando a venda é altamente provável e o ativo ou o grupo de ativos mantido para venda estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tais ativos mantidos para venda. O nível hierárquico de gestão apropriado do Grupo está comprometido com o plano de venda do ativo, tendo sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e conclusão do plano em até um ano a partir da data da classificação.

O ativo imobilizado e o ativo intangível não são depreciados ou amortizados quando classificados como mantidos para venda.

Ativos e passivos classificados como mantidos para venda são apresentados separadamente como itens circulantes no balanço patrimonial.

g) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

A Companhia avaliou as normas e alterações que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma), e decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Para os períodos anuais de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2025, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

R.E. KBENS PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Práticas contábeis--Continuação

2.3 Base de elaboração--continuação

g) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025--continuação

Esta mudança específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade.

As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

a) Normas emitidas, mas ainda não vigentes em 2025

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

R.E. KBENS PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Práticas contábeis--Continuação

2.3 Base de elaboração--continuação

g) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025--continuação

CPC 51: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

A Coordenadoria Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) torna pública a aprovação pelos membros do CPC, de acordo com as disposições da Resolução CFC nº. 1.055/05 e alterações posteriores, do Pronunciamento Técnico CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis. O CPC 51 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O CPC 51 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O CPC 51 será aplicado retrospectivamente.

No Brasil, o CPC 26 será substituído pelo CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis (equivalente à IFRS 18), atualmente o CPC e suas entidades congregadas estão ainda em processo de discussão dos eventuais conflitos do CPC 51 com a legislação societária vigente. Embora ainda as discussões não tenham encerrado, não se espera alterações substanciais na atual legislação.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar

R.E. KBENS PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Práticas contábeis--Continuação

2.3 Base de elaboração--continuação

g) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025--continuação

seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

A Companhia está atualmente avaliando os potenciais impactos na aplicação dessa norma.

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Em maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu as alterações à IFRS 9 and IFRS 7 – Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As principais alterações introduzidas são as seguintes:

- Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na “data de liquidação” e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação.
- Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados.
- Esclarecimentos sobre o que constitui “características sem direito de regresso” e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados.
- Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao

R.E. KBENS PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Práticas contábeis--Continuação

2.3 Base de elaboração--continuação

g) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025--continuação

valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI)

As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas.

A Companhia não antecipa que essas alterações terão impacto material sobre suas demonstrações financeiras consolidadas, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.

Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11

Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos Financeiros), IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa).

Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seguintes pronunciamentos técnicos correspondentes.

As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada. As alterações não são esperadas para ter impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais

Em dezembro de 2024, o IASB emitiu as Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais. As alterações se aplicam apenas a contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais e:

R.E. KBENS PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Práticas contábeis--Continuação

2.3 Base de elaboração--continuação

g) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025--continuação

- Esclarecem a aplicação dos requisitos de “uso próprio” para os contratos abrangidos.
- Alteram os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de hedge de fluxo de caixa para os contratos abrangidos.
- Adicionam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

As alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. Em convergência com as normas internacionais, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar essas modificações por meio de futuras revisões do CPC 48 – Instrumentos Financeiros e do CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

A Companhia não espera que essas alterações tenham impacto material sobre suas demonstrações financeiras, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.

R.E. KBENS PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3. Gestão de risco financeiro

(a) Fatores de risco financeiro

As atividades da Empresa a expõem ao risco de liquidez, substancialmente em decorrência da dependência da venda das participações adquiridas de outras empresas. A administração da Empresa entende que o risco de liquidez é baixo, uma vez que venda do ativo é certa e a sociedade operacional apresenta historicamente geração de fluxos de caixa suficiente para honrar seus compromissos operacionais e financeiros.

A Empresa não opera com instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos financeiros de risco similares.

Risco de taxas de juros: é oriundo da possibilidade de a Empresa vir a sofrer perdas (ou não auferir ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros incidentes sobre passivos captados e ativos aplicados no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos dessas oscilações, a Empresa poderá adotar política de diversificação, alternando a contratação de suas dívidas.

A previsão do fluxo de caixa é realizada pela Administração que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Empresa para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de recebimento da venda do ativo mantido para venda.

(b) Gestão de capital

Os objetivos da Empresa ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Empresa para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Empresa pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Empresa não possui dívidas com terceiros.

(c) Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2025, os ativos e passivos financeiros da Empresa estão mensurados ao custo amortizado.

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

R.E. KBENS PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

4. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2025, a Sociedade controla e participa em outra sociedade cujo contexto operacional é resumido a seguir:

Votuporanga Shopping S.A, participação de 4,55% no capital social, sediada na cidade de Votuporanga/SP, tem como objeto social implementar o empreendimento denominado Votuporanga Shopping, na cidade de Votuporanga/SP, viabilizando sua execução, construção e finalização, além da criação de uma SPE (Sociedade de Propósito Específico) para a implementação do aludido empreendimento, estando dentre suas atividades: Participação em outras sociedades; Atividades de Consultoria em Gestão Empresarial; Serviços Combinados de Escritório e Apoio Administrativo; Preparação de Documentos e Serviços Especializados em Apoio Administrativo; Administração e Gerenciamento de Obras; Execução de Obras por contratos de execução; Atividades relacionadas a Shoppings Centers, Centros Comerciais, Galerias, Cinemas, Teatros, Parques de Diversão; Comércio Varejista em lojas de conveniência; Comércio Varejista em Geral; Atividades de Consultoria em Gestão Empresarial; Estacionamento de Veículos; Serviços de Alimentação; e Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns.

As principais informações das controladas em 31 de dezembro de 2025, são as seguintes:

	<u>Qt de Cotas</u>	<u>Part. Capital Social (%)</u>	<u>Capital Social</u>	<u>Patrimônio Líquido</u>	<u>Prejuízo do Período</u>
	<u>2025</u>	<u>2025</u>	<u>2025</u>	<u>2025</u>	<u>2025</u>
Votuporanga Shopping S.A	65.779.750	4,55	16.930	16.605	(325)

Movimentação dos investimentos em controladas avaliada pelo método de equivalência patrimonial:

<u>Controlada</u>	<u>Saldo 31/12/2024</u>	<u>Integralização Capital</u>	<u>Equivalência Patrimonial</u>	<u>Dividendos Aprovados</u>	<u>Saldo 31/12/2025</u>
Investimento:					
Votuporanga Shopping S.A	-	763	(15)	-	748
TOTAL	=	<u>763</u>	<u>(15)</u>	=	<u>748</u>

R.E. KBENS PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

5. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado é composto por 6.678.385 quotas.

b) Distribuição de lucros

O Contrato Social da Empresa determina que a Administração poderá deliberar sobre o levantamento de balanços semestrais ou em períodos inferiores, bem como sobre a distribuição de lucros com base nos resultados apurados nesses balanços, observados os requisitos legais aplicáveis. Adicionalmente, o sócio quotista poderá, a qualquer tempo, deliberar acerca da distribuição de lucros intermediários existentes na conta de lucros acumulados ou em reservas de lucros, com base no último balanço anual ou intermediário regularmente elaborado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi aprovada a distribuição de lucros no montante de R\$ 25.000, com base em balanço intermediário, suportado por lucros acumulados e/ou reservas de lucros disponíveis, em conformidade com as disposições contratuais e legais vigentes.

6. Aprovação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Sociedade e autorizadas para emissão em 31 de dezembro de 2025.

São José do Rio Preto, 31 de dezembro de 2025.

RKbens Participações e Empreendimentos S/A

Rubens Facchini

Administrador

Euclides Facchini Filho

Administrador

Maria Jislaine Isaias Bento

Contadora

CRC 1SP159.572/O-2
